

## EDITORIAL

**Cuidados de Longa Duração: vamos refletir sobre isso!**

Em todo o mundo, o envelhecimento populacional observado traz profundas implicações para todas as políticas públicas, especialmente a saúde. Estima-se que, em 2050, 20% da população mundial terá mais de 65 anos, com projeções de que 80% dos idosos viverão em países de baixa a média renda<sup>1</sup>, como no Brasil<sup>2</sup>.

No Brasil, desde o início deste século, o grupo de menores de 15 anos vem diminuindo<sup>3</sup>, enquanto o de adultos e idosos crescem. De acordo com o Censo Demográfico 2022, a população idosa (60 anos ou mais) já representa 15,8% da população total<sup>4</sup>. Ademais, observa-se uma transição epidemiológica em favor da morbimortalidade por doenças crônico-degenerativas e suas complicações que oneram os serviços de saúde devido a seu elevado custo e ampliação de uso<sup>2</sup>.

Contudo, para além da detecção de doenças prevalentes em idosos, que fundamentam a demanda por cuidados de longa duração (CLD), enfatiza-se a necessidade de considerar o estado funcional da pessoa idosa para que o cuidado aconteça de forma preventiva, menos dispendiosa e mais eficiente<sup>5</sup>.

As demandas de CLD na velhice configuram a concretização do acesso ou da falta de acesso a direitos fundamentais no curso da vida. Por isso, a Organização Mundial de Saúde (OMS) alerta para a necessidade de um *continuum* de CLD na comunidade, a serem ofertados no domicílio e em diferentes cenários, incluindo as instituições de longa permanência para idosos (ILPI)<sup>6</sup>, uma vez que a resposta à crescente demanda por CLD não pode mais ser adiada.

A pandemia da COVID-19 - que já parece tão distante! - deixou patente o descaso com a população idosa institucionalizada, dada a elevada mortalidade de idosos no hemisfério norte<sup>7</sup> e a total invisibilidade de dados e informações sobre a população idosa institucionalizada no Brasil<sup>8</sup>.

Neste número serão abordadas questões pertinentes ao cuidado da população idosa que convidam à reflexão e podem subsidiar ações em saúde pública, além de favorecer CLD acessíveis e adequados à realidade brasileira, sabidamente marcada por uma profunda desigualdade social, racial e de gênero.

Boa Leitura!

## REFERÊNCIAS

1. Dogra S, Dunstan DW, Sugiyama T, Stathi A, Gardiner PA, Owen N. Active aging and public health: evidence, implications, and opportunities. *Annual Review of Public Health* [Internet]. 2022 [citado em 29 nov 2024]; 43(1):439-59. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-publhealth-052620-091107>
2. Dumith SC, Feter N. Demographic shifts and health dynamics: exploring the impact of aging rates on health outcomes in Brazilian capitals. *Archives of Gerontology and Geriatrics Plus* [Internet]. 2024 [citado em 29 nov 2024]; 1(3):100044. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.aggp.2024.100044>
3. Camarano AM, Fernandes D. Famílias: espaços de cuidados e espaços a serem cuidados. In: Camarano AM, Pinheiro L. *Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil – versão preliminar*, 1ª ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) [Internet]. 2023 [citado em 29 nov 2024]; 37p. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11842/3/Cap3\\_Familias\\_Publicacao\\_Preliminar.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11842/3/Cap3_Familias_Publicacao_Preliminar.pdf)
4. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico - 2022 [Internet]. 2022 [citado em 29 nov 2024]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>
5. Mrejen M, Nunes L, Giacomini K. Socioeconomic inequalities in health and healthcare utilization among the elderly in Brazil: results from the 2019 National Health Survey. *Public Health*, [Internet]. 2022 [citado em 29 nov 2024]; 226:165-72. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0033350623004444?via%3Dihub>
6. Framework for countries to achieve an integrated continuum of long-term care. Geneva: World Health Organization; [Internet]. 2021 [citado em 29 nov 2024]; 54p. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240038844>
7. Sepulveda ER, Stall NM, Sinha SK. A comparison of COVID-19 mortality rates among long-term care residents in 12 OECD countries. *Journal of the American Medical Directors Association* [Internet]. 2020 [citado em 29 nov 2024]; 21(11):1572-4. Disponível em: [https://www.jamda.com/article/S1525-8610\(20\)30791-X/fulltext](https://www.jamda.com/article/S1525-8610(20)30791-X/fulltext)
8. Lacerda TTBD, Neves APM, Buarque GLA, Freitas DCDCV, Tessarolo MMM, González N, et al. Geospatial panorama of long-term care facilities in Brazil: a portrait of territorial inequalities. *Geriatrics, Gerontology and Aging* [Internet]. 2021 [citado em 29 nov 2024]; 15, 1-8. Disponível em: <https://doi.org/10.53886/gga.e0210060>

 **Karla Cristina Giacomini**

Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Presidente da Frente Nacional de Fortalecimento das ILPIs. Presidente da Fundação Cuidadosa. Belo Horizonte/MG, Brasil.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons